



**H R SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE
LTDA**

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro, Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340.

CNPJ: 20.158.571/0001-66

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2021

Demonstrativos compreendidos:

- Termo Declaratório;
- Relatório da Administração;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Demonstração das Mutações do Exercício;
- Notas Explicativas.

Obs.: De acordo com a Resolução 3.198/04, devem ser auditadas por auditores independentes as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto as sociedades de crédito ao microempendedor.

Demonstrações divulgadas no site em **31/03/2022**

<https://hrcred.com.br>

A Diretoria da **HR CRED** declara a veracidade e consistência das informações contidas nos demonstrativos elencados.

Humberto Melo de Souza
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC SC 030018/O-3

R Barão de Penedo nº 164-B, Bairro Centro
Maceió, Alagoas, CEP 57.020-340
Tel.: (82) 3326-3669



TERMO DECLARATÓRIO

Eu, HUMBERTO MELO SOUZA, casado em regime de comunhão universal de bens, advogado, brasileiro, carteira de identidade nº 2002001177588 SSP-AL, CPF nº 005.937.534-53, capaz, residente e domiciliado à Rua Francisco Laranjeiras, 101, Edif. Arcade, ap. 303, Ponta Verde, Maceió - AL, CEP 57.035-090, Alagoas, assumo inteira responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos no arquivo. Declaro estar de inteira responsabilidade pelas informações prestadas, estando ciente de que a falsidade nas informações implicará nas penalidades cabíveis.

29 de março de 2022

Humberto Melo de Souza
Diretor Responsável



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Interessados: A HR Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte LTDA, em cumprimento às disposições legais submete à apreciação de V.Sas. as respectivas Demonstrações Contábeis acompanhadas das Notas Explicativas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Pretendemos para o próximo exercício manter os esforços para a continuidade da ampliação e sucesso dos negócios.

A Diretoria

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (em reais mil exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

HR Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e a Empresa de Pequeno Porte Ltda, constituída em 29 de Abril 2014, tem por objeto a concessão de crédito a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial, equiparando-se às instituições financeiras para efeitos da legislação em vigor, podendo exercer outras atividades definidas pelo Conselho Monetário Nacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil, observando as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, Conselho Monetário Nacional - CMN, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC – aprovados pelo BACEN.



3. PRINCIPAIS CRITÉRIOS CONTÁBEIS ADOTADOS

a) Receitas e despesas: as receitas e despesas, bem como os direitos e obrigações, são reconhecidos e apropriados pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa: inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: as aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

d) Valor de Recuperação de Ativos (impairment): de acordo com a Lei 11.638/07 é obrigatória a análise periódica sobre a recuperação dos valores registrados no ativo, entre eles os investimentos, o imobilizado, o intangível e o diferido. Seu objetivo é registrar possíveis perdas quando o valor de mercado for inferior ao valor contábil, bem como revisar e ajustar os critérios de depreciação e amortização. O Banco Central do Brasil regulamentou essa prática por meio da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A instituição efetuou análise da recuperabilidade desses ativos e verificou que não há evidências nem indícios de desvalorização, em valores relevantes, de seus ativos registrados no permanente.

e) Operações de Crédito: as operações de crédito estão com seus valores atualizados e expressos pelo valor principal, acrescidos dos rendimentos e encargos decorridos até a data do balanço patrimonial. As rendas de operações ativas são apropriadas de forma “*pro rata*” dia. As operações prefixadas são registradas pelo valor de resgate reduzido pelos encargos a apropriar. As operações de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando-se os parâmetros estabelecidos pela Resolução



nº 2.682/1999 do CMN, a qual requer a classificação da carteira em nove níveis, sendo “AA” risco mínimo e “H” risco máximo. Ainda devem ser considerados os períodos de atrasos definidos conforme Resolução nº 2.682/1999 do CMN, para atribuições dos níveis de classificação dos clientes. As rendas de operações de crédito vencidas a mais de 60 dias são reconhecidas como receitas quando do seu efetivo recebimento, como determinado no artigo 9º da Resolução nº 2.682/1999 do CMN (nota explicativa nº 5).

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa: esta provisão está constituída com base nos critérios de classificação das operações de crédito definidos pela Resolução nº 2.682/1999 do CMN e legislação complementar (nota explicativa nº 5).

g) Imobilizado de uso: é demonstrado pelo custo de aquisição, deduzida a respectiva depreciação, que é calculada pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e instalações – 10%, sistema de processamento de dados e veículos – 20%.

h) Outros valores e bens – Despesas antecipadas: os valores registrados nessas contas referem-se à aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão para a Instituição benefícios ou prestações de serviços em períodos seguintes.

i) Outras Obrigações – Sociais e Estatutárias e Fiscais e Previdenciárias: as provisões para pagamento dos tributos e encargos sociais incidentes sobre os resultados, as receitas e a folha de pagamento dos empregados são constituídas mensalmente e consideram, para cada um deles, a base de cálculo prevista na legislação tributária, previdenciária e trabalhista vigente. A contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) é calculada à alíquota de 0,65%, aplicada sobre o total das receitas de prestação de serviços, ajustadas pelas deduções e exclusões previstas na legislação em vigor (Lei 10.637/2002 – art. 8º e Lei 10.833/2003 – art. 10º, inciso I). A Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) é calculada à alíquota de 3%, aplicável sobre a mesma base de cálculo do PIS (Lei 9.701/1988- art. 1º, Lei 9.718/1988- art. 3º, §§ 4º a 9º). (nota explicativa nº 8).



j) Imposto de Renda e Contribuição Social: foi constituída obrigação fiscal para pagamento do Imposto de Renda à alíquota-base de 15% sobre o lucro ajustado por adições e exclusões previstas na legislação fiscal, mais o adicional de 10%, para o lucro ajustado acima de R\$240.000,00 anual. A Contribuição Social foi calculada sobre o lucro ajustado antes do Imposto de Renda, na forma da legislação, à alíquota de 9%.

k) Utilização de Estimativas: para a elaboração das Informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, é necessária a utilização e adequação de julgamento confiável no cálculo das estimativas contábeis. A instituição adota métodos coerentes e em consonância com o dispositivo legal adequado para o cálculo das estimativas referentes à constituição de provisões para ajustes ao valor de mercado, provisões para ativos e passivos contingentes, provisão para imposto de renda e outras similares que possam afetar alguns valores apresentados nas demonstrações e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Os resultados reais envolvendo a liquidação dessas estimativas podem apresentar valores diferentes dos estimados, face ao caráter impreciso que norteia a sua própria constituição. O mecanismo de cálculo das estimativas é revisto continuamente.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os valores aplicados no Sistema Financeiro em Títulos e Valores Mobiliários seguem a seguinte composição:

	2021	2020
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	362	430
Cotas de Fundo de Renda Fixa	362	430

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito estão demonstradas contabilmente pelos seus níveis de vencimento, tipo de cliente e ramo de atividade, de acordo com a Resolução BACEN nº 2.682/99, pelos seguintes valores: .



OPERAÇÕES DE CRÉDITO

	2021			2020		
	Circulante	Longo Prazo	Total	Circulante	Longo Prazo	Total
Empréstimos	0	0	0	0	0	0
Títulos Descontados	296	0	296	421	0	421
Financiamentos	0	0	0	0	0	0
	296	0	296	421	0	421
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	104	-	104	137	-	137
	192	-	192	284	-	284

Constituição para provisão para crédito de liquidação duvidosa por níveis de risco:

Nível de risco	% de Provisionamento	2021		2020	
		Saldo	Provisão	Saldo	Provisão
A	0,50%	177	1	207	1
B	1,00%	1	0	16	0
C	3,00%	2	0	43	1
D	10,00%	6	1	7	1
E	30,00%	6	2	6	2
F	50,00%	4	2	6	3
G	70,00%	5	3	22	15
H	100,00%	95	95	114	114
		296	104	421	137



6. IMOBILIZADOS DE USO

O ativo permanente da instituição no valor de 17 mil é composto por Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso e Instalações com taxa de depreciação de 10% a.a., e Sistema de Processamento de Dados e Equipamentos de Comunicação com taxa de depreciação de 20% a.a. conforme quadro abaixo:

	2021	2020
Imobilizado	17	14
Instalações	4	4
Móveis e Equipamentos de Uso	1	1
Sistemas de Processamento de Dados	29	21
Equipamentos de Comunicação	3	3
(-) Depreciação	-20	-15

7. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Abaixo a composição das outras obrigações:

	2021	2020
Outras Obrigações	5	9
Sociais e Estatutárias	2	3
Fiscais e Previdenciárias	3	6
Diversos	0	0

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social no exercício de 2021 era de R\$ 800.000,00.

Prejuízos Acumulados

A empresa possui prejuízos acumulados de R\$ 168.219,65.



10. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

A instituição está sujeita ao regime de tributação do Lucro Real anual e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social.

DISCRIMINAÇÃO	Expresso em Reais	
	31/12/2021	31/12/2020
Contas de Resultado Credoras	592.736,90	834.820,70
Contas de Resultado Devedoras	-768.443,63	-876.388,94
Lucro /prejuízo antes dos Ajustes	- 175.706,73	-41.568,24
(+) Adições	122.182,57	268.736,83
(-) Exclusões	- 53.885,50	-224.641,70
Lucro Tributário Antes Comp. Prej. Exer. Anter.	-107.409,66	2.526,89
(-) Compensação Prejuízos Exerc. Anteriores	0	0
Lucro Tributário Real	-107.409,66	2.526,89
Imposto de Renda – (15% + 10% adicional)	0	379,03
Contribuição Social- 9%	0	227,42

11. GERENCIAMENTO DE RISCO

RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiro nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte, à de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação e a outros valores relacionados;



RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como de não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado;

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição;

RISCO SOCIOAMBIENTAL

Atendendo as normas do Banco Central do Brasil, a Instituição edita a política de responsabilidade socioambiental, a qual contém princípios e diretrizes que norteiem as ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas, incluindo diretrizes para prevenir e gerenciar riscos, impactos e oportunidades socioambientais na esfera de influência da organização, contribuindo para concretizar o seu compromisso empresarial com o desenvolvimento sustentável;

RISCO DE CAPITAL

Com base nas Resoluções do Banco Central do Brasil a Política de Gerenciamento de Risco de Capital tem como fim estabelecer diretrizes e estratégias para atender as necessidades de “funding” da Instituição, e atender a governança estabelecida pelo BACEN, observando para tanto os seguintes itens:
Relevância: considerar o grau de concentração das operações de acordo com os compromissos do fluxo de caixa, evitando o descasamento do ativo com o passivo, prazos e taxas;

Proporcionalidade: Política compatível com o porte da Instituição.



OUVIDORIA: O Componente organizacional de ouvidoria encontra-se implementada via ABSCM instituição representativa de classe.

12. LIMITE OPERACIONAL (Acordo da Basileia)

A Instituição optou pela metodologia facultativa simplificada para apuração do requerimento mínimo de Patrimônio de Referência Simplificado - PRS5, conforme Res. 4.606/17. A mesma encontra-se enquadrada nos limites mínimos de capital e patrimônio compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, conforme normas vigentes do Banco Central do Brasil. O Índice de Basileia Simplificado ficou em 71,20% ficando seu Patrimônio De Referência (PRS5) no fim de 31 de dezembro de 2021 em R\$ 631.780,35

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em conformidade com a Resolução nº. 1.184 / 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), informamos que a conclusão da Elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2021 foi autorizada pelos sócios da HR SCM LTDA, em 29/03/2022.

14. PANDEMIA

A administração mantém seus esforços para absorver e diminuir o impacto negativo causado pela pandemia mundial COVID-19.

Humberto Melo de Souza
Diretor Responsável

Paulo Eduardo Pereira
CRC 030018/0-3
Contador

HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ 20.158.571/0001-66
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais mil)

BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO				PASSIVO			
	NE	2021	2020		NE	2021	2020
CIRCULANTE		<u>620</u>	<u>803</u>	CIRCULANTE		<u>5</u>	<u>9</u>
Disponibilidades		14	2	Obrigações por empréstimo		0	0
				Empréstimos no País - Outras Instituições		0	0
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		18	11				
Aplicações no Mercado Aberto		0	0				
Aplicações em Depósitos de Poupança		18	11	Outras obrigações	7	5	9
Títulos E Val. Mob. E Inst. Fin. Derivativos	4	362	430	Sociais e estatutárias		3	3
Carteira Própria		362	430	Fiscais e previdenciárias		2	6
				Diversas		0	0
Operações de crédito	5	192	284				
Operações de crédito		296	421	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		<u>0</u>	<u>0</u>
(-)Provisões p/ operações de cred.liquid. Duv		-104	-137	Obrigações por empréstimo		0	0
				Empréstimos no País - Outras Instituições		0	0
Outros créditos		34	76				
Diversos		34	76	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8	<u>632</u>	<u>808</u>
NÃO CIRCULANTE		<u>17</u>	<u>14</u>	Capital Social		800	800
Imobilizado	6	17	14	Capital		800	800
Outras Imobilizações de Uso		37	29	Reserva de Lucros		0	50
(-) Depreciações Acumuladas		-20	-15	Lucros/Prejuízos acumulados		-168	-42
TOTAL DO ATIVO		637	817	TOTAL DO PASSIVO + PATR. LÍQUIDO		637	817

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 20.158.571/0001-66

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRE	2021	2020
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	454	430
Operações de crédito	444	426
Resultado com operações títulos e valores mobiliários	10	4
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	0	0
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	-125	-195
Operações de empréstimos e repasses	0	-2
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-125	-193
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	329	235
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	-450	-267
Receitas de prestação de serviços	0	0
Rendas de tarifas bancárias	0	0
Despesas de pessoal	-127	-91
Outras despesas administrativas	-475	-166
Despesas tributárias	-15	-21
Outras receitas operacionais	193	11
Outras despesas operacionais	-26	0
RESULTADO OPERACIONAL	-121	-32
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	0	0
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	-121	-32
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-55	-11
Provisão para imposto de renda	-39	-7
Provisão para contribuição social	-16	-4
Ativo Fiscal Diferido	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
Apuração de Resultado	0	0
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	-176	-43
Juros sobre o capital	0	0
Lucro por ação	(0,2200)	(0,0538)
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 20.158.571/0001-66

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DRA	2021	2020
LUCRO LÍQUIDO/PREJUÍZO DO PERÍODO	<u>-176</u>	<u>-43</u>
Outros Resultados Abrangentes	0	0
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	0	0
Apuração de Resultado	0	0
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	<u>-176</u>	<u>-43</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 20.158.571/0001-66

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE LUCROS		AUMENTO DE CAPITAL	AJUSTES DE VALOR PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAIS	
		LEGAL	RESERVAS				2021	2020
SALDOS NO INÍCIO DO PERÍODO	800	18	32	0	0	-42	808	850
1 - AJUSTES DE PERÍODOS ANTERIORES	0		0	0	0		0	0
2 - AUMENTO DE CAPITAL	0	0	0	0	0		0	0
3 - LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO	0	0	0	0	0	-176	-176	-42
4 - DESTINAÇÕES:				0			0	
- RESERVAS LEGAL	0	-18	-32	0	0	50	0	0
- RESERVAS ESTATUTÁRIA	0	0	0	0	0	0	0	0
- DIVIDENDOS	0	0	0	0	0	0	0	0
5 - REVERSÕES DIVIDENDOS/JCP	0		0	0	0		0	0
SALDOS NO FIM DO PERÍODO	800	0	0	0	0	-168	632	808
MUTAÇÕES DO PERÍODO	0	-18	-32	0	0	-126	-176	-42

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

HR SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR E A EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA

CNPJ 20.158.571/0001-66

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (método indireto)

EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (em reais mil, exceto o lucro líquido por ação - R\$)

DFC		
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais	2.021	2.020
1.1 Lucro/Prejuízo do período	-176	-42
1.2 Ajustes por Depreciação	-5	-4
1.3 Ajustes por Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-33	-127
2. Variação de Ativos e Obrigações	235	170
2.1 (Aumento) Redução dos Ativos: Títulos e valores mobiliários	68	-52
2.2 (Aumento) Redução dos Ativos: Operações de crédito	125	330
2.3 (Aumento) Redução dos Ativos: Outros créditos	42	-49
2.4 Outros valores e bens	0	0
2.5 Aumento (Redução) nos Passivos Outras obrigações	0	1
2.6 Aumento (Redução) nos Passivos Credores diversos País	0	-31
2.7 Aumento (Redução) Diversos	0	-29
3. Caixa Líquido das Atividades Operacionais	21	-3
4. Caixa Líquido das Atividades de Investimento	-8	3
4.1 Aquisições Ativo Imobilizado	-8	3
5. Caixa Líquido das Atividades de financiamento	0	0
5.1 Empréstimos País	0	0
5.2 Dividendos pagos (JCP)	0	0
5.3 Depósitos	0	0
6. Variação no caixa e equivalentes de caixa	13	0
7. Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	1	1
8. Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	14	1
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		